

# ACCOUNTABILITY GOVERNAMENTAL: APLICABILIDADE DAS LEIS E O CONTROLE SOCIAL PELA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO<sup>1</sup>

Paulo Elias dos Santos<sup>2</sup> Artur Virgílio Simpson Martins<sup>3</sup> Rwrsilany Silva<sup>4</sup> Gustavo Melazi Girardi<sup>5</sup>

A transparência tem sido eminentemente discutida como necessária para propiciar um acompanhamento dos gastos públicos por parte dos cidadãos. Este direito tem sido assegurado por meio de leis que preveem a participação da comunidade na gestão das políticas públicas por meio do controle social. Este estudo objetiva analisar as Leis que asseguram a participação da comunidade na gestão das políticas públicas no âmbito do município de Porto Velho e verificar a praticidade do portal de transparência. A Lei Complementar Federal nº 131/2009 determinou a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso ao público. No entanto, não é suficiente apenas disponibilizar as informações sobre as receitas e as despesas públicas se os dados não tiverem linguagem clara, objetiva, direta, transparente e acessível para que o cidadão possa compreender e assim exercer o controle social. O estudo justifica-se pela contribuição aos cidadãos que poderão utilizar os dados que serão apresentados para conhecer a legislação, induzindo a administração à transparência da execução orçamentária e financeira. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, com objetivo principal de analisar minuciosamente o portal da transparência do município de Porto Velho – RO. A posteriori, foram entrevistadas pessoas que utilizam o portal de transparência e assim mensurou a percepção destas quanto à disponibilização das informações administradas e custodiadas pela Prefeitura no Portal da Transparência. Os resultados indicam que apesar do Município divulgar na internet as informações da gestão pública, estas não são franqueadas mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e em linguagem de fácil compreensão. Argumentamos assim que no Portal da gestão pública, as informações não são franqueadas mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e em linguagem de fácil compreensão. Logo, o Portal da Transparência como instrumento de transparência, accountability e controle social não é eficaz, vez que o cidadão comum não consegue compreender o que é informado e por sua vez não acompanha de forma concomitante a execução do orçamento público e, conseqüentemente não consegue exercer o controle social.

**Palavras-chave:** Portal da Transparência. Accountability. Controle Social.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado dentro da área de Conhecimento CNPq: 60200006 ADMINISTRAÇÃO.

<sup>2</sup> Bolsista (modalidade de Ensino Superior), paulo.santos@ifro.edu.br, Campus Porto Velho Zona Norte

<sup>3</sup> Colaborador(a), artur.martins@ifro.edu.br, Campus Porto Velho Zona Norte

<sup>4</sup> Orientador(a), rwrslany.silva, Campus Porto Velho Zona Norte

<sup>5</sup> Co-orientador(a), gustavo.girardi@ifro.edu.br, Campus Guajará Mirim